



Censo Escolar 2013 mostra que número de matrículas diminuiu

Cândida Oliveira

candidaoliveira@jornaldodiase.com.br

O Ministério da Educação (MEC) divulgou dados preliminares no Diário Oficial da União, do dia 23 de setembro, sobre o resultado do Censo Escolar 2013 referente a novas matrículas na rede pública de ensino. De acordo com o MEC não há dados sobre a rede pública federal e rede particular.

O Censo Escolar, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades. O objetivo é levantar dados e informações relativas à educação básica, objetivando subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos e o planejamento do sistema educacional do País.

Sergipe teve 1.759 matrículas iniciais no Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Os dados também envolveram as matrículas das áreas urbana e rural em tempo integral e parcial.

O quantitativo demonstra que houve uma queda no número de matrículas se comparado ao Censo de 2012, quando houve 1.834 matrículas. Segundo Roberto Silva, da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Oficial do Estado de Sergipe (Sintese), um conjunto de medidas adotadas pelas secretarias de educação resulta na procura cada vez menor do ensino público.

Para ele, não há prioridade na política de matrícula. "Temos um modelo de vinculação entre matrícula e recursos. Quanto mais matrículas, mais dinheiro direto na escola, mais recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica é aplicado na educação, no entanto, temos perdidos alunos", alertou.

O Sintese criou em 2011 um manual, 'Chamada Pública de Matrícula'.

"Sugerimos a parceria com instituições como Ministério Público Estadual, secretarias de Saúde, Conselho Tutelar, entre outros. Todos juntos com o objetivo de levar crianças e adultos para a sala de aula. Porém, os gestores acham mais fácil que os pais façam a matrícula de seus filhos e sabemos que nem sempre acontece dessa forma", observou o sindicalista.

Roberto lembrou que a legislação determina que crianças e adolescentes - entre 4 e 17 anos - devem estar na sala de aula - ensino fundamental ao ensino médio. "Não é isso que tem acontecido, cada vez mais há um afastamento da vida escolar".

Os motivos para o afastamento são diversos. "O Estado tem fechado escolas no período noturno e justamente algumas que atendem a classe trabalhadora, como foi o caso do Colégio Estadual Jackson de Figueiredo, que está localizado no centro comercial de Aracaju. Essa medida não pode ser vista como política educacional. O Estado nega o direito a matrícula", analisou.

Roberto listou outras situações: "as condições estruturais das escolas não são atrativas. O modelo de gestão escolar é vertical e acontece de cima para baixo, ou seja, não se debate os conteúdos usados em sala de aula, os modelos propostos, não existe democracia", reclamou.

Ele deixa como sugestão a gestão democrática. "Apenas com democracia teremos gestores que possuem identidade com a comunidade, pois da forma que está tudo funciona na base política, assim a escola se torna desestimulante para o estudante".

Mesmo com tantos problemas, Roberto, que é professor, diz que tem esperanças de que um dia a situação mude para melhor. "A gestão democrática foi prometida pelo governador Marcelo Déda, no entanto isso não aconteceu, mas outros gestores virão e quem sabe isso muda".